

A RELEVÂNCIA DO CONHECIMENTO INTUITIVO EM SCHOPENHAUER: UMA CRÍTICA PONTUAL À TEORIA DO CONHECIMENTO DE KANT

THE RELEVANCE OF INTUITIVE KNOWLEDGE IN SCHOPENHAUER: A SPECIFIC CRITICISM OF KANT'S THEORY OF KNOWLEDGE

Gildete dos Santos Freitas¹

Resumo: A Estética Transcendental segundo a apreciação de Schopenhauer é a parte mais coerente e original da filosofia kantiana, tanto é que a teoria do tempo e do espaço é mantida na teoria do conhecimento schopenheaueriana como formas *a priori* da sensibilidade. Contudo, em relação à Analítica Transcendental, Schopenhauer não faz uma apreciação afirmativa. Ele nega toda a Analítica, considerando-a a parte mais fracassada da filosofia de Kant, pois nela, ele não só manteve a lacuna acerca da intuição empírica (que não ficou bem esclarecida na Estética) como a submeteu as suas doze categorias. Em seu texto *Crítica da filosofia kantiana* Schopenhauer apresenta seus argumentos contra a exposição kantiana acerca do processo cognitivo, que tem sua raiz na determinação de que a intuição possui um caráter puramente sensível e que por isso, a partir dela, não é possível cogitar um conhecimento propriamente dito, esse conhecimento é para Kant uma tarefa que compete ao Entendimento com suas doze categorias. O que Schopenhauer pretende marcar é a prioridade do conhecimento intuitivo em relação ao conhecimento abstrato. É nesse ponto que ele pensou ser necessário distinguir o conhecimento abstrato do conhecimento intuitivo. E aqui, nos aproximamos do real motivo que levou Schopenhauer a rejeitar a teoria Kantiana, a saber, a falta de distinção entre essas duas dimensões de conhecimento.

Palavras-chave: Intuição empírica, Conhecimento abstrato, Entendimento, Representação, causalidade.

Abstract: The Transcendental Aesthetics, according to Schopenhauer's appreciation, is the most coherent and original part of Kant's philosophy, so much so that the theory of time and space is maintained in Schopenhauer's theory of knowledge as a priori forms of the sensibility. However, in relation to Transcendental Analytics, Schopenhauer does not make an affirmative appreciation. He denies the whole of Analytics, considering it the most failed part of Kant's philosophy, because in it, he not only maintained the gap about empirical intuition (which was not well clarified in Aesthetics) but also submitted it in its twelve categories. In his text *Crítica da filosofia kantiana*, Schopenhauer presents his arguments against the Kantian exposition about the cognitive process, which has its roots in the determination that intuition has a purely sensitive character and that because of it, based on it, it is not possible to cogitate knowledge properly speaking, this knowledge is for Kant a task that belongs

¹ Professora Dra. do Departamento de Filosofia da UNIMONTES. E-mail: gildete.freitas@unimontes.br

to the Understanding with its twelve categories. What Schopenhauer intends to mark is the priority of intuitive knowledge in relation to abstract knowledge. It is at this point that he thought it necessary to distinguish abstract knowledge from intuitive knowledge. And here, we approach the real reason that led Schopenhauer to reject the Kantian theory, namely, the lack of distinction between these two dimensions of knowledge.

Keywords: Empirical Intuition, Abstract Knowledge, Understanding, Representation, Causality.

A primeira parte de *O mundo como vontade e representação* é dedicada ao estudo do conceito de representação. Nesse primeiro movimento de sua obra capital, Schopenhauer conserva alguns elementos da teoria do conhecimento kantiana, em especial, aqueles que aparecem na Estética Transcendental, considerada por Schopenhauer como a parte mais coerente e original da filosofia de Kant. Da Estética Transcendental, Schopenhauer herda a teoria do tempo e do espaço, a qual é mantida em sua teoria como formas *a priori* da sensibilidade. Segundo Schopenhauer, a tese de que o tempo e o espaço encontram-se *a priori* em nossa consciência e que podem ser “(...) completamente conhecidas partindo-se do sujeito, sem o conhecimento do objeto (...), é, sem dúvida, um dos méritos de Kant” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 46). Em conformidade com o espírito do Idealismo kantiano, tal como é exposto na primeira edição da *Crítica da Razão pura*², Schopenhauer considera o mundo como o resultado de minha representação, conforme ele diz na sentença de abertura de *O mundo como vontade e como representação*. A correspondência que há entre a sentença “O mundo é minha representação” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 43) com a Estética Transcendental, é que só podemos ter conhecimento das aparências (fenômenos,

² Schopenhauer reconhece que na primeira edição da *Crítica da Razão pura*, Kant expôs “(...) seu idealismo com extrema beleza e distinção”, mas na segunda edição toda a passagem em que ele expressa esse idealismo foi suprimida, e em contrapartida, ele introduziu uma série de argumentos novos que entram em contradição com a primeira edição. Por isso, Schopenhauer considera a segunda edição da *Crítica da Razão pura* uma obra mutilada e corrompida pelo seu próprio autor. O verdadeiro idealismo para Schopenhauer não é aquele que os pós-kantianos divulgaram e sim aquele idealismo de matriz berkeleyana com sua fórmula “nem um sujeito sem objeto”. Em uma passagem do texto *Crítica da filosofia kantiana* Schopenhauer diz que Kant chegou a usar essa fórmula com a mesma ênfase que ele e Berkeley, quando explica na Estética que “(...) o mundo posto diante de nós no espaço e no tempo como simples representação do sujeito que conhece” (Cf. SCHOPENHAUER, 2005, p. 546). Esse idealismo é para Schopenhauer fundamental para a introdução correta da coisa em si, isto é, nunca deixar brechas que possam conduzir à confusão da coisa em si com a representação. É nesse sentido que Schopenhauer refuta a segunda edição da *Crítica*, em especial a segunda parte; em seu ponto de vista, na segunda edição, Kant não manteve seu idealismo com tanta convicção como na primeira edição, e a consequência disso é que a *coisa em si* ficou mal explicada, “(...) o modo como Kant introduz a COISA-EM-SI; e, sem dúvida essa é a principal razão para ele, na segunda edição, suprimir a citada passagem principal idealista e se autodefinir como opositor do idealismo de Berkeley, com o que, entretanto, incorporou inconseqüências à sua obra, sem poder remediar o principal defeito dela”. (Ibidem, p. 547).

Erscheinungen), e não das coisas em si mesmas, conforme postulara Kant mediante a famosa distinção entre coisa-em-si e fenômeno, outro aspecto do pensamento Kantiano que Schopenhauer considera meritório.

Nas seções I e II de *O mundo...*³, Schopenhauer segue os passos de Kant, uma vez que sua teoria da representação, guiada pela sentença “O mundo é minha representação”, tem como referência a Ideia de que a nossa mente só pode ter acesso aos fenômenos e não à coisa-em-si. Segundo Schopenhauer, torna-se claro e certo que o sujeito:

[...] não conhece sol algum e terra alguma, mas sempre apenas um olho que vê um sol, uma mão que toca uma terra. Que o mundo a cercá-lo existe apenas como representação, isto é, tão-somente em relação a outrem, aquele que representa, ou seja, ele mesmo. – se alguma verdade pode ser expressa *a priori*, é essa, pois é uma asserção da forma de toda experiência possível e imaginável, mais universal que qualquer outra, que tempo, espaço e causalidade, pois todas essas já a pressupõem; e, se cada uma dessas formas, conhecidas por todos nós como figuras particulares do princípio de razão, somente valem para uma classe específica de representações, a divisão em sujeito e objeto, ao contrário, é a forma comum de todas as classes, unicamente sob a qual é em geral possível pensar qualquer tipo de representação, abstrata ou intuitiva, pura ou empírica [...] (SCHOPENHAUER, 2005, p. 43).

Do exposto, podemos perceber que o princípio de razão na versão schopenhaueriana é de inspiração kantiana, posto que esse princípio é regido por três formas existentes *a priori* no sujeito: o espaço, o tempo e a causalidade, que no contexto de *O mundo...* são consideradas como formas válidas para todo objeto, isto é, o modo universal de sua aparição fenomenal.

Já no que diz respeito a divisão entre sujeito e objeto, temos a forma mais geral da representação como primeiro fato da consciência, e que aponta para o lugar do sujeito na teoria Schopenhaueriana: “tudo o que pertence e pode pertencer ao mundo está inevitavelmente investido desse estar condicionado pelo sujeito, existindo apenas para este” (Ibidem, p. 44). Porém, as noções de sujeito e objeto são pensadas em Schopenhauer de modo recíproco. Essa reciprocidade afasta a Ideia de que é possível haver representação sem o envolvimento simultâneo dessas suas noções. A própria sentença “O mundo é minha representação” já pressupõe esse envolvimento, descartando a possibilidade de qualquer representação que tenha como ponto de partida o sujeito ou objeto. Para Schopenhauer

[...] Verdade alguma é, portanto, mais certa, mais independente de todas as outras e menos necessita de uma prova do que esta: o que existe para o conhecimento,

³ Utilizaremos ao longo do texto essa abreviação para nos referirmos a obra *O mundo como vontade e como representação*.

portanto o mundo inteiro, é tão somente objeto em relação ao sujeito, intuição de quem intui, numa palavra representação. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 43).

Sendo assim, a representação em Schopenhauer tem como ponto diferencial a pressuposição de uma relação indissociável entre o sujeito que percebe e o objeto que é percebido; isso significa que a representação é, pois, o ponto de partida da teoria do conhecimento schopenhaueriana. Ele não elege nem o sujeito nem o objeto como o ponto de partida do conhecimento. Considerar que o conhecimento tenha seu início no sujeito ou no objeto é para Schopenhauer o primeiro equívoco que precisa ser ratificado; caso contrário, o conhecimento sempre estará sob a sombra do dogmatismo⁴. Segundo a interpretação de Cacciola, o que Schopenhauer define por dogmatismo é “[...] a admissão de um fundamento ou razão que explique quer o sujeito, quer o objeto, como seu efeito; no primeiro caso tem-se um dogmatismo realista e, no segundo, idealista” (CACCIOLA, 1994, p.26).

Para não cair nas malhas do dogmatismo, o conceito de representação em Schopenhauer envolve sujeito e objeto de forma simultânea, afastando-se assim do dogmatismo tanto idealista quanto realista, embora há em sua teoria do conhecimento, como já insinuamos, uma proposta idealista, posto que o sujeito é interpretado como o sustentáculo do mundo, “[...] a condição universal e sempre pressuposta de tudo que aparece, de todo objeto, pois tudo o que existe, existe para o sujeito” (Ibidem, p. 45). Contudo, essa atividade do sujeito frente ao objeto, quer dizer expressamente que: Ser-objeto é ser conhecido por um sujeito; ser-sujeito quer dizer ter um objeto,

Tais metades são, em consequência, inseparáveis, mesmo para o pensamento: cada uma delas possui significação e existência apenas por e para a outra; cada uma existe com a outra e desaparece com ela. Elas se limitam imediatamente: onde começa o objeto, termina o sujeito. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 46)

Podemos, então, compreender que na teoria do conhecimento de Schopenhauer, a representação sob o princípio de razão se esgota na relação sujeito e objeto⁵. Além disso,

⁴ Aqui, Schopenhauer compartilha da mesma preocupação de Kant, que mediante o Idealismo Transcendental julgou ter resolvido a querela entre o dogmatismo realista e idealista. Contudo, os próprios herdeiros de Kant acabaram adotando posturas dogmáticas, como é o caso de Fichte que postulou a noção de um sujeito absoluto. Schopenhauer pretende marcar sua posição frente a essa noção bem como a noção que julga o objeto também como algo absoluto.

⁵ A divisão sujeito e objeto implica, como em Kant, que a organização perceptiva e conceitual do mundo é de autoria do homem. Contudo, Schopenhauer não concorda com a concepção kantiana de que os dados, os objetos, possam existir independentes do sujeito que os percebe. Para Schopenhauer os objetos não são dados à percepção do homem e sim criados por ele, daí porque “(...) caso aquele único ser desaparecesse, então o mundo

confirma-se que todo o mundo representado só existe em relação a um sujeito que conhece. Não há, portanto, coisa-em-si na perspectiva da representação, assim como também não há relação de causa e efeito entre sujeito e objeto; essa relação só é possível entre objetos, os quais estão condicionados ao tempo e ao espaço segundo a lei de causalidade que organiza a percepção dos mesmos.

Desse modo, todas as coisas que percebemos estão situadas em um determinado lugar no espaço, a presença de um objeto se dá num certo instante do tempo e é, por assim dizer, efeito e causa de outros objetos. Isso pressupõe que só há causa e efeito entre objetos; sendo assim, nenhum objeto que percebemos possui existência em si mesmo; sua existência sempre será relativa. Essa é a realidade empírica do mundo, que Schopenhauer identifica com a compreensão indiana do véu de Maia, conforme a passagem abaixo:

véu da ilusão, que envolve os olhos dos mortais, deixando-lhes ver o mundo do qual não se pode falar que é nem que não é, pois assemelha-se ao sonho, ou ao reflexo do sol sobre a areia tomado a distância pelo andarilho como água, ou ao pedaço de corda no chão que ele toma como serpente (SCHOPENHAUER, 2005, p. 49).

Até aqui, podemos perceber que a teoria do conhecimento schopenhaueriana tem uma correspondência com a teoria kantiana no que diz respeito ao espaço e ao tempo como formas essenciais e universais de todo objeto. Em ambos, encontramos como ponto de confluência a ideia de que sob o ponto de vista da representação submetida ao princípio de razão, só podemos ter acesso ao fenômeno e não à coisa-em-si, que, na apropriação de Schopenhauer, corresponde à Vontade, o outro lado do mundo que é inacessível à representação devido à sua completa relatividade.

É importante destacar, contudo, que o verdadeiro propósito de Schopenhauer ao analisar o conceito de representação é fazer uma revisão crítica de todas as teorias do conhecimento que o antecedem, e, nessa revisão, a teoria kantiana também é submetida à crítica, a fim de ressaltar a relevância da intuição empírica no processo cognitivo. Para tanto, já no contexto da primeira parte de *O mundo...*, Schopenhauer opera uma mudança na teoria do conhecimento kantiana. O que muda é o fato de o Entendimento puro atuar diretamente, sem nenhuma mediação, sobre as formas da sensibilidade, caracterizando uma espécie de

como representação não mais existiria” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 46), o que quer dizer que o homem não percebe o mundo, ele é criador do mundo, conforme diz a expressão: “O mundo é minha representação”.

unidade indissociável. Essa atuação direta do entendimento sobre as formas puras do espaço e do tempo, de acordo com Schopenhauer, só é possível mediante a categoria de causalidade, que, em Kant, está situada ao lado de diversas outras categorias, objeto de análise da Analítica Transcendental, mas que não compõe uma unidade direta com as formas puras da sensibilidade.

Desse modo, o entendimento, no contexto da teoria do conhecimento schopenhaueriana, é intuitivo, e conseqüentemente, a intuição não é somente sensível, ela é também intelectual. Esse é um dos pontos centrais da filosofia kantiana que Schopenhauer julga necessário submeter a uma revisão, posto que, em Kant, na dimensão da intuição não há conhecimento propriamente dito; isto é, não há ainda objeto. Essa impossibilidade é justificada em Kant sob o argumento de que a intuição não opera nenhuma síntese. Em sua teoria do conhecimento, toda ligação, quer seja a ligação do diverso da intuição ou de vários conceitos, é um ato exclusivo do entendimento, faculdade que não é intuitiva e, sim, judicativa, cuja função é determinar os objetos por meio de categorias, as quais dominam a experiência e o mundo objetivo.

Sendo assim, para Kant, o processo cognitivo que começa com a experiência só adquire estatuto de conhecimento, no sentido próprio da palavra, mediante a faculdade do entendimento e suas regras, as quais conferem uma unidade conceitual ao objeto dado na intuição. Além disso, para Kant, o entendimento não é uma faculdade da intuição, de modo que, “fora da intuição, não há outro modo de conhecer senão por conceitos. Assim, o conhecimento de todo o entendimento, pelo menos no entendimento humano, é um conhecimento por conceitos, que não é intuitivo, mas discursivo” (KANT, 1997, p.102). Em outras palavras, para Kant, o conhecimento só se configura de modo racional, ao passo que para Schopenhauer, o conhecimento racional diz respeito a uma parte ínfima da experiência, conferindo assim, ao conhecimento intuitivo um lugar prioritário em relação a razão.

Reiteramos que o modo kantiano de compreender o papel do entendimento no processo cognitivo é na primeira parte de *O mundo...* submetida a uma crítica a título de revisão e de acréscimo, como por exemplo, o fato de Schopenhauer classificar o entendimento como faculdade de representação e, de ter por essência “o conhecimento pelas causas, faculdade de ligar o efeito à causa ou a causa ao efeito...” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 62). Ele acrescenta ainda, “que todo conhecimento de um objeto propriamente dito, ou seja, de uma representação intuível no espaço, existe apenas para e pelo entendimento, logo, não

antes, mas apenas após o seu uso (Idem, ibidem). Já vemos aqui, que o procedimento de Schopenhauer em relação ao entendimento difere de Kant, uma vez que, essa faculdade não diz respeito apenas a conceitos e nem atua de forma independente da intuição e das impressões recebidas pela faculdade da sensibilidade. Entretanto, no texto intitulado *Crítica da filosofia kantiana*, Schopenhauer submete a teoria do conhecimento de Kant a uma crítica mais severa, indo além de um acréscimo ou de uma revisão.

A apreciação desfavorável de Schopenhauer recai, impiedosamente, sob a Analítica Transcendental, que, em seu julgamento, é a parte mais fracassada e lacunar da teoria do conhecimento de Kant, pois, nela, ele não só manteve uma lacuna acerca da intuição empírica (que não ficou bem esclarecida na Estética), como a submeteu às suas doze categorias. Segundo Schopenhauer, esta doutrina das categorias nada mais revela que o amor de Kant pela simetria, o que acabou obscurecendo as meritorias descobertas do filósofo, tal como a teoria do espaço e do tempo. Segundo Schopenhauer:

Gratificado com este achado feliz, quis seguir com tal filão ainda mais longe, e seu amor pela simetria arquitetônica lhe forneceu o fio condutor. Assim como decerto encontrara uma intuição pura *a priori* como condição subjacente à intuição empírica, assim também acreditou que certos CONCEITOS PUROS, como pressuposição em nossa faculdade de conhecimento, estariam no fundamento dos CONCEITOS empiricamente adquiridos, com o que o pensamento empiricamente real só seria possível mediante um pensamento puro *a priori*, o qual, porém, em si não teria objetos, mas teria de tirá-los da intuição (SCHOPENHAUER, 2005 p. 562).

Para Schopenhauer, levado pelo seu amor à simetria arquitetônica, Kant insiste no erro de buscar conceitos puros para fundar conceitos de procedência empírica, do mesmo modo como ele havia feito na Estética ao estabelecer que as intuições puras são condições para as intuições empíricas. Isso revela que Kant mantém o tempo todo a intuição empírica sob a dependência de algo anterior a ela e não lhe confere nenhuma autonomia no processo cognitivo.

Desse modo, de acordo com a crítica schopenhaueriana, não resta dúvida que Kant permanece nesse erro devido à confusão entre o conhecimento intuitivo e o conhecimento abstrato. A falta de clareza nessa distinção, de acordo com Schopenhauer, conduziu o pensamento de Kant a contradições insolúveis, geradores de sérios problemas de interpretação acerca de alguns conceitos que dependem dessa clareza de distinção. O conceito de objeto, por exemplo, segundo Schopenhauer foi o que mais permaneceu indefinido devido à imprecisão entre os dois domínios de conhecimento citados. O postulado kantiano de que:

Nosso conhecimento possui duas fontes, a saber, receptividade das impressões e a espontaneidade dos conceitos: a primeira é a capacidade de receber impressões, a segunda a capacidade de conhecer um objeto por meio destas representações: pela primeira um OBJETO nos é dado, pela segunda ele é pensado (KANT, citado por Schopenhauer, 2005, p. 551),

De acordo com Schopenhauer, isso dá a entender que se trata do mesmo objeto. Nesse caso, o objeto kantiano seria uma espécie de andrógino, que pode ser entendido como representação e ao mesmo tempo como coisa-em-si⁶. Para Schopenhauer, o objeto da experiência, sobre o qual Kant tanto fala, mas, que não esclarece; “[...] o objeto propriamente dito das categorias, não é a representação intuitiva, mas também não é o conceito abstrato, é diferente de ambos, e, no entanto, é os dois ao mesmo tempo, vale dizer, um completo disparate” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 549). Essa falta de precisão em relação ao conceito de objeto abre uma brecha para a possibilidade de transformar a coisa-em-si em objeto. Segundo Schopenhauer, “caso, entretanto, não se queira computar o objeto da representação à representação, e assim identificá-los, então ter-se-ia de transformá-lo em coisa-em-si: ao fim, isso depende do sentido atribuído à palavra objeto” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 557).

⁶Em termos gerais, no contexto kantiano, a palavra objeto (*Gegenstand*) é usada para se referir ao fenômeno que aparece no espaço e no tempo. Na dimensão da intuição sensível o objeto não possui uma determinação conceitual, trata-se ainda de uma multiplicidade de sensações não estruturadas. Para que esse objeto possa ser determinado é necessário a ação do entendimento que ao aplicar-lhe suas regras o transforma em objeto (*Objekt*) (resultado da síntese das representações). O objeto sintetizado, conforme a seguinte passagem, “(...) é aquilo em cujo conceito está reunido o diverso de uma intuição dada” (CRP B 137). Isso quer dizer que a noção de objeto na ordem do conhecimento está necessariamente relacionada ao entendimento. Contudo, o objeto enquanto múltiplo sensível sofre uma determinação formal pela ação do entendimento, que aplica a ele um conceito puro atribuindo-lhe unidade. Nesse sentido, para Kant, os conceitos puros do entendimento só se aplicam aos objetos de uma experiência possível. Embora o objeto (*Objekt*) do conhecimento tenha um caráter conceitual, ele ainda está circunscrito na esfera da experiência possível. Tanto *Gegenstand* quanto *Objekt* são passíveis de conhecimento pelo sujeito. No entanto, em Kant, há registros de objetos que não se encontram na esfera da representação, não sendo, portanto, objetos fenomênicos e sim objetos inteligíveis. Por vezes esse objeto irrepresentável é também nomeado de Objeto Transcendental, um dos conceitos que mais gerou controvérsia entre os pós-kantianos e que ainda fomenta tensas discussões a respeito da coisa-em-si. O ponto polêmico em torno do Objeto Transcendental é que ele é identificado em diversas passagens da CRP, não somente como um correlato da coisa-em-si (devido às suas características), mas também é postulado como causa dos fenômenos. A expressão kantiana “objetos fora de nós”, (no sentido da coisa-em-si) como causa de nossas sensações, aparece no §13 de *Prolegômenos* da seguinte maneira: “(...) admito portanto, existirem fora de nós corpos, isto é, coisas que, embora sem dúvida nos sejam de todo desconhecidas pelas representações suscitadas em nós por sua influência sobre a nossa sensibilidade, e as quais denominamos corpos, termo este que designa apenas o fenômeno objeto que nos é desconhecido, mas que nem por isso é menos real”. Tal inferência aparece também na *Crítica da razão pura* (A 288), onde Kant diz que o entendimento “(...) pensa um objeto em-si, mas apenas como um objeto transcendental que é a causa do fenômeno (e por conseguinte não é, ele próprio, fenômeno), mas que não pode ser pensado nem como grandeza, nem como realidade, nem como substância, etc., (porque estes conceitos exigem sempre formas sensíveis em que determinam um objecto). [...] É-nos lícito, se quisermos, dar a esse objecto o nome de nûmeno, porque a sua representação não é sensível”. Podemos então dizer que a distinção kantiana entre fenômeno e nûmeno ganha um caráter problemático face à teoria do Objeto Transcendental.

Há, portanto, segundo a crítica de Schopenhauer, uma confusão na teoria kantiana quando se trata de esclarecer o sentido da palavra objeto. Toda essa oscilação advém da confusão entre pensamento e intuição, que tem por consequência a determinação equivocada de que a intuição possui um caráter puramente sensível e que, por isso, a partir dela, não é possível obter um conhecimento objetivamente válido. O conhecimento é para Kant uma tarefa que compete ao Entendimento na medida em que é a faculdade responsável por pensar as representações intuitivas com a aplicação de suas categorias⁷. Portanto, o Entendimento, enquanto faculdade dos conceitos, de acordo com a *Crítica da Razão pura*, não está situado na esfera da intuição, mas fora dela.

Todavia, para Schopenhauer, estabelecer que a intuição esteja relegada apenas a receber impressões, sendo, portanto, meramente passiva, conduz à conclusão de que “o mundo intuitivo existiria para nós, mesmo se não tivéssemos entendimento algum, que ele chega em nossa cabeça de uma maneira completamente inexplicável” (SCHOPENHAUER, 2005 p, 553).

A fim de esclarecer o que ficou inexplicado na teoria kantiana, é que Schopenhauer insiste em fazer uma revisão crítica mais detalhada da noção de conhecimento empírico. Ao fazê-lo, ele enfatiza que nessa dimensão, ao contrário do que supõe Kant, já temos um conhecimento completo acerca do objeto sem que para isso seja necessário recorrer aos conceitos abstratos. O cerne do argumento de Schopenhauer consiste em mostrar que a intuição é própria do entendimento e não do pensamento.

No contexto da filosofia de Schopenhauer, o entendimento é a faculdade basilar do intelecto; ele é subjacente a todo conhecimento, seja ele de ordem intuitiva ou de ordem abstrata. Contudo, o conhecimento intuitivo não só ocupa um lugar primário na teoria do conhecimento de Schopenhauer, como também é a condição para constituir o conhecimento abstrato, conforme ele expressa na seguinte passagem:

Embora, pois, os conceitos sejam desde o fundamento diferentes das representações intuitivas, ainda assim se encontram numa relação necessária com estas, sem as quais nada seriam. Relação que, por conseguinte, constitui toda sua essência e

⁷Lembramos aqui, que para Kant a cognição é o resultado de um trabalho conjunto de entendimento e sensibilidade. O ponto de divergência entre Kant e Schopenhauer é em relação ao que constitui o ato cognitivo mínimo: para Kant ele tem necessariamente uma estrutura judicativa. Para Schopenhauer não. Se ele tem uma estrutura judicativa mínima, isso significa que as categorias devem já estar presentes desde sempre.

existência. A reflexão é necessariamente cópia, embora de tipo inteiramente especial, é repetição do mundo intuitivo primariamente figurado num estofado completamente heterogêneo. Por isso os conceitos podem ser denominados de maneira bastante apropriada representações de representações (SCHOPENHAUER, 2005, p. 87).

Ora, se os conceitos são representações de representações, isso significa que as primeiras representações, que são as intuitivas, não só possuem plena independência com referência ao conhecimento abstrato como também é a condição necessária para o segundo, posto que o conceito nada mais é que uma mera abstração da intuição.

Sendo assim, na teoria do conhecimento schopenhaueriana, a relação de dependência entre conhecimento intuitivo e abstrato se inverte; a razão (faculdade dos conceitos) não só perde o seu estatuto de espontaneidade, como também seria vazia sem as intuições, posto que a intuição não se reduz a uma forma pura de conhecimento da efetividade, ela é também o conteúdo dos conceitos abstratos. Para construir um conceito, a razão decompõe as múltiplas representações intuitivas em várias partes constitutivas do objeto, disso decorre que a função da razão é simplificar as informações oriundas da intuição, fixando-as em conceitos. O que foi conhecido previamente, na intuição, “[...] a razão permite que se conheça abstratamente, em geral” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 102), uma vez que a sensibilidade e o entendimento só podem dar conta de um objeto por vez, isto é, o conhecimento intuitivo só tem alcance do objeto em sua particularidade. Porém, para Schopenhauer, o fato de o entendimento conhecer de maneira intuitiva e imediata o objeto não quer dizer que a intuição empírica seja insuficiente para constituir um conhecimento objetivo; ao contrário, “nossa intuição empírica é de imediato OBJETIVA; exatamente porque procede do nexos causal” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 556). Em conformidade com isso, Schopenhauer radicaliza sua crítica a Kant, que compreendeu “[...] apenas conceitos de OBJETOS, não intuições” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 562). Ao contrário de Kant, ele afirma que “[...] Objetos existem primariamente apenas para a intuição, e conceitos são sempre abstrações dessa intuição” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 562). Sendo assim, só a partir da intuição é possível conhecer o objeto em sua plenitude, sem recorrer a qualquer forma de julgamento. O conhecimento intuitivo possui a capacidade de abranger todo o mundo visível em sua efetividade. O conhecimento abstrato, por sua vez, não está apto para conhecer a realidade, sua função reside apenas na comunicabilidade e praticidade

O saber, o conhecimento abstrato, tem o seu grande valor na comunicabilidade, em poder ser fixado e conservado. Só assim se torna tão importante e indispensável na prática. Alguém pode ter pelo entendimento um conhecimento intuitivo e imediato da conexão causal das mudanças e movimentos dos corpos naturais, encontrando nisso completa satisfação; porém, para sua comunicação, faz-se preciso, antes, fixar o assim conhecido em conceitos (SCHOPENHAUER, 2005, p. 105).

Nesse caso, Schopenhauer marca o seu posicionamento crítico com relação ao caráter instrumental da razão, que possui uma única função, a de formar conceitos, e para tanto, ela precisa fragmentar várias representações intuídas, de modo que os conceitos abstratos e discursivos formados pela razão têm seus conteúdos oriundos do conhecimento intuitivo. O ponto marcante nessa crítica, é que o conhecimento abstrato não está apto a conhecer de forma pura a realidade, isso é de competência da intuição que produz um conhecimento claro e real da coisa,

Durante o tempo em que nos mantemos intuindo de modo puro, tudo é claro, firme, certo. Inexistem perguntas, dúvidas, erros. Não se quer ir além, não se pode ir além; sentimos calma ao intuir, satisfação no presente. A intuição se basta a si mesma (SCHOPENHAUER, 2005, p. 81)

Em todos os argumentos de Schopenhauer acerca da distinção do conhecimento intuitivo e abstrato, tanto em *O mundo...* quanto na *Crítica da filosofia kantiana*, sempre prevalecem a possibilidade da obtenção de um conhecimento superior e anterior ao conhecimento abstrato, e, esse conhecimento é adquirido pelo entendimento e pela intuição, que são condições para os conceitos em geral, os quais só existem após as representações intuitivas. Portanto, na inversão de Schopenhauer, o conhecimento abstrato é que é dependente das intuições. O próprio Kant chega a admitir que, de fato, “Pensamentos sem conteúdo são vazios”, contudo, essa sentença é imediatamente obscurecida pela sentença seguinte: “intuições sem conceitos são cegas”. Na sequência, ele acrescenta: “Pelo que é tão necessário tornar os conceitos sensíveis (isto é acrescentar-lhes o objeto na intuição) como tornar compreensíveis as intuições (isto é, submetê-las aos conceitos)” (KANT, 1997, p. 89).

O ultimato schopenhaueriano é que o conhecimento intuitivo se basta por si mesmo, isto é, o objeto se apresenta de forma direta já no âmbito da intuição, não sendo necessário introduzir nenhum conceito abstrato para legitimá-lo. O entendimento, ao aplicar sua única forma, a lei de causalidade, converte de forma imediata a sensação subjetiva em intuição objetiva. Conhecimento imediato quer dizer expressamente um conhecimento sem conceitos, pois, estes só existem após as representações intuitivas. Os conceitos abstratos, diz Schopenhauer: “podem servir tão-somente para acolher a compreensão imediata da intuição,

fixá-la e ligá-la, jamais produzi-la” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 65). É exatamente por isso que os conceitos são incapazes de conferir realidade às intuições, estas são reais em si mesmas e bastam-se em si mesmas.

Sendo assim, para conhecermos o mundo como representação não é preciso recorrer à razão, pois “[...] o entendimento, transforma de um só GOLPE, mediante sua função exclusiva e simples, a sensação abafada, que nada diz, em intuição” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 54).

A partir dessas considerações, Schopenhauer quer dizer que a faculdade do conhecimento não necessita de toda a estranha maquinaria das doze categorias propostas por Kant em sua Analítica Transcendental, até porque, nesse grande aparato kantiano, não se atribuiu à intuição do mundo exterior a devida relevância, como a coisa principal no processo cognitivo. Além disso, Schopenhauer considera uma falta imperdoável o fato de Kant não ter reconhecido o entendimento enquanto lei de causalidade, isto é, que a intuição empírica só é possível mediante a aplicação do conhecimento do nexos causal (lei de causalidade), que é a única função do entendimento, nas palavras de Schopenhauer,

Conhecer a causalidade é sua função exclusiva, sua única força, e se trata de uma grande força, abarcando muito, de uso multifacetado e, não obstante, inconfundível em sua identidade no meio de todas as suas aplicações. Por seu turno, toda causalidade, portanto toda matéria, logo a efetividade inteira, existe só para o entendimento, através do entendimento, no entendimento. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 53)

De acordo com esse argumento, se a intuição só tem lugar no entendimento, ela possui então um estatuto intelectual e não somente sensível. Desse modo, o argumento kantiano, que se contentou em dizer que a intuição se limita a receber representações e que o pensamento é a única via capaz de conhecer um objeto por meio destas representações, não esclarece nada sobre a origem da intuição empírica. Isto significa dizer que a separação feita por Kant entre receptividade e espontaneidade é, para Schopenhauer, uma explicação falsa, pois sem a operação direta do entendimento (lei da causalidade) na intuição, as impressões não passariam de sensações subjetivas, ou seja, não haveria representação. Para Schopenhauer, é exatamente o fato de o Entendimento operar diretamente na intuição que torna legítimo dizer que ele cumpre a tarefa de constituir o conhecimento, sem precisar de conceito algum, uma vez que, a própria causalidade é um princípio intuitivo e não teórico. Ao trazer a causalidade para o âmbito da intuição empírica, Schopenhauer simplifica e reforma a maquinaria posta em funcionamento na Analítica Transcendental, que é eliminada como um todo, sendo substituída

por uma teoria simples e muito econômica do entendimento puro, que parece trabalhar sempre em parceria com a sensibilidade. O resultado é uma “relativização” ou quase uma supressão da separação entre entendimento e sensibilidade, e a elevação da intuição a título de um conhecimento que dispensa o pensamento conceitual como condição para sua validade objetiva.

REFERÊNCIAS

CACCIOLA, M.L.M.O. *Schopenhauer e a questão do dogmatismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1994.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 4ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. São Paulo: UNESP, 2005.